



**Companhia Celg de Participações -
CELGPAR**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Relatório da Administração
Exercício findo em
31 de dezembro de 2016**

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, chamados de *International Financial Reporting Standards – IFRS*.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

Atualmente, a holding detém a participação acionária na subsidiária integral CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“CELG GT”), em função de que o processo de alienação da totalidade de sua participação acionária na CELG Distribuição S.A. – CELG D (“CELG D”) foi consolidado em 30 de novembro de 2016, com a realização do leilão de desestatização desta concessionária e devidamente concluído, com a assinatura do contrato de compra e venda de ações e respectiva liquidação financeira do leilão, em 14 de fevereiro de 2017.

O ano de 2016 foi novamente marcado por desafios e realizações para a Controlada CELG GT, dentre elas: 1) início das operações do Centro de Operação da Transmissão – COT; 2) entrada em operação de empreendimentos, onde a CELG GT possui participação acionária relevante através de Sociedades de Propósito Específico – SPE, tais como a Pantanal Transmissão S.A., que entrou em operação em junho de 2016 e a Lago Azul Transmissão S.A., que entrou em operação em setembro de 2016; 3) homologação, pelo regulador, do Laudo de Avaliação para Indenização dos Ativos de Transmissão da Rede Básica do Sistema Existente – RBSE/RPC, com a definição dos critérios de recebimento. Este valor de indenização, com a previsão de início em agosto de 2017, será imprescindível para a realização de novos investimentos, e assim permitir que a CELG GT mantenha o nível de participação nos Leilões de Transmissão e de Geração, e na expansão dos seus negócios; e 4) implantação de reforços em consonância com as Resoluções Autorizativas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”) e início da execução das obras referentes aos novos Contratos de Concessão, tais como a LT Itumbiara-Paranaíba e o SVC Luziânia, decorrentes dos leilões nº 04/2014 e nº 01/2015, respectivamente.

Por todos estes aspectos, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior.

Braulio Afonso Morais
Presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO

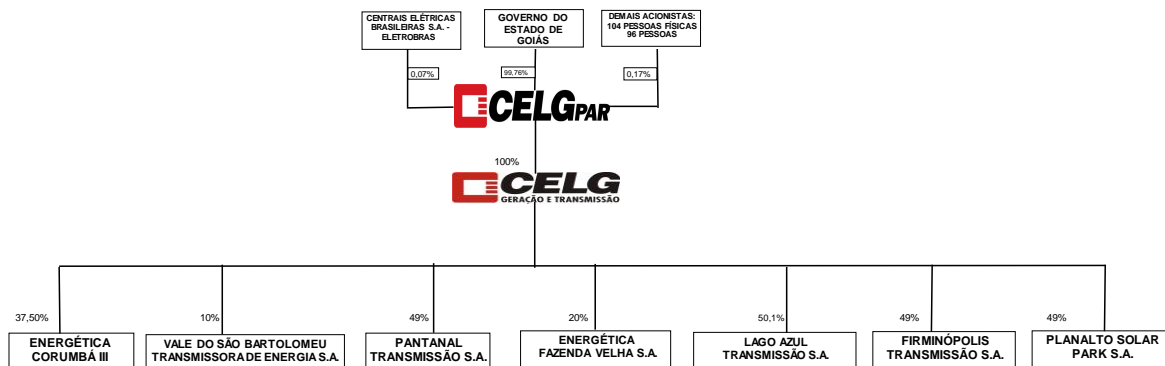
A economia brasileira em 2016 apresentou novamente uma forte recessão, sendo que o Produto Interno Bruto - PIB apresentou uma retração de menos 3,6 pontos percentuais em relação a 2015, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O fraco desempenho do indicador de atividade econômica foi generalizado e os três setores que entram no cômputo do PIB declinaram no ano, sendo eles os de agropecuária (-6,6%), indústria (-3,8%) e serviços (-2,7%). Como consequência, a recessão vivenciada nos últimos anos implicou em uma deterioração das condições do mercado de trabalho, sendo que a taxa de desemprego mensurada no 3º trimestre de 2016 alcançou 11,8%, superando em 2,9 pontos percentuais o mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, esta permaneceu elevada durante o ano de 2016, porém ocorreu o seu desaceleramento no final do ano, com a sua trajetória próxima ao teto da meta, em 6,29%. Aponta-se como fatores que influenciaram esta trajetória do IPCA/IBGE, questões de ordem interna, como a mudança no comando do Governo Central (União), com a consequente melhora nas expectativas dos agentes, mudança de diretrizes da política fiscal (como por exemplo, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC do teto dos gastos), e o pífio resultado da atividade econômica que, por sua vez não acarretou um viés inflacionário (redução da atividade econômica).

2- ANÁLISE SETORIAL

2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da CELGP, sendo a atual composição acionária a seguinte:



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de 27 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica. Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE (“SPE”) já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora, Pantanal Transmissão, Lago Azul Transmissão e Firminópolis Transmissão) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

2.1.1 ATIVIDADES DE TRANSMISSÃO

No encerramento do exercício social de 2016, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 744,7 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 2.583,4 MVA.

De forma complementar, a Controlada Celg GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 03/2015 e 04/2016, referente a implantação de Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

Em razão dos novos Contratos de Concessão 003/2015 e 004/2016, e também das Resoluções Autorizativas decorrentes do Contrato de Concessão 063/2001, a Controlada Celg GT deverá acrescentar, após a entrada em operação destes investimentos, à sua Receita Anual Permitida – RAP, mais R\$ 55,07 milhões nos próximos três anos, conforme quadro discriminativo de investimentos abaixo apresentado.

	REA OU CONTRATO DE CONCESSÃO	EDIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	INVEST. AUTORIZ. (R\$ EM MILHÕES)	REALIZ (R\$ EM MILHÕES)	RAP ATO LEGAL (R\$ EM MILHÕES)	RAP ATUALIZ. (31.12.16)	ENTRADA EM OPERAÇÃO PREVISTA (ATUALIZADA)
1	REA 3217/2011	SE Itapaci	Itapaci/GO	4,84	3,68	0,71	3,37	05/03/2017
2	REA 3170/2011	SE Carajás	Goiânia/GO	4,47	2,90	0,70	0,88	16/04/2017
3	REA 3914/2013	SE Itapaci	Itapaci/GO	5,19	2,36	0,89	1,22	12/03/2017
4	REA 4417/2013	SE Goiânia Leste	Goiânia/GO	9,65	0,36	1,51	1,94	21/11/2017
5	REA 4891/2014*	SE Anhanguera	Aparecida de Goiânia/GO	10,32	1,39	1,64	1,98	27/01/2019
6	REA 4891/2014*	SE Palmeiras	Palmeiras de Goiás/GO	9,15	0,23	1,44	1,74	26/03/2019
7	REA 4891/2014*	SE Xavantés	Goiânia/GO	15,54	1,18	2,41	2,92	17/02/2019
8	REA 4891/2014*	SE Paranaíba	Itumbiara/GO	13,44	0,23	2,15	2,60	03/10/2018
9	REA 5444/2015	SE Anhanguera	Aparecida de Goiânia/GO	35,9	3,84	5,51	6,14	15/04/2018
10	REA 5444/2015	SE Planalto	Morrinhos/GO	20,83	0,45	3,57	3,79	03/11/2018
11	REA 5444/2015	SE Firminópolis	Firminópolis/GO	22,56	1,18	3,36	3,98	21/04/2019
12	REA 5484/2015	SE Carajás	Goiânia/GO	0,4	0	-	-	30/04/2017
13	REA 5484/2015	SE Goiânia Leste	Goiânia/GO	0,95	0	-	-	30/03/2017
14	REA 5861/2016	Reforços PMI		43,6	0	-	-	07/12/2018
15	CONTRATO 003/2015	LT Itumbiara-Paranaíba	Itumbiara/GO e Araporã/MG	17,3	6,36	1,64	1,97	30/03/2018
16	CONTRATO 004/2016	SE Luziânia	Luziânia/GO	94,71	16,64	17,85	22,42	20/11/2018
TOTAL				308,85	40,80	43,38	55,07	

Além deste montante em investimentos corporativos, constam em andamento os seguintes investimentos, efetuados em parceria pela Controlada Celg GT mediante a constituição de SPE:

SPE	Investimento em andamento Total	Participação da Controlada CELG GT
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia S.A.	R\$ 316,424 milhões	10%
Pantanal Transmissão S.A. (REA 5722/2016)	R\$ 17,960 milhões	49%
Firminópolis Transmissão S.A.	R\$ 43,556 milhões	49%

Desta forma, observa-se a seguinte situação das SPE constantes do quadro societário da Celg GT:

- Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.: as suas instalações estão parcialmente em operação (LT 345kV Brasília Sul / Samambaia-DF, sendo que a SE Brasília Leste 500/138/13,8kV já se encontra totalmente instalada, porém depende da LT 500kV Luziânia – Brasília Leste (C1 e C2) para entrar em operação;
- Pantanal Transmissão S.A.: não obstante ter entrado em operação comercial no exercício de 2016, foi emitida nova Resolução Autorizativa para a implantação de um Autotransformador Trifásico, 230/138/13,8kV, 150MVA, na SE Campo Grande 2, com previsão de início da operação comercial em abril de 2018;
- Firminópolis Transmissão S.A.: empreendimento em fase de licenciamento ambiental e tratativas fundiárias, com previsão para início de operação em março de 2019;
- Lago Azul Transmissão S.A.: entrou em operação comercial em 2016;
- Planalto Solar Park S.A.: SPE constituída, tendo sido iniciado os estudos para implantação da planta de 5MW de potência instalada na subestação Planalto, situada em Morrinhos-GO.

2.1.2 ATIVIDADES DE GERAÇÃO

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

A Controlada CELG GT detém 15% da energia gerada na UHE Corumbá III, que equivale a 14,2MW médios de Potência Instalada, e 20% da energia a ser gerada na PCH Energética Fazenda Velha, que equivale a 3,3 MW médios de Potência Instalada. Esta última entrou em operação comercial no dia 11 de maio de 2016.

Apresenta-se abaixo, o quadro demonstrativo da Potência Instalada e Garantia Física por Geradora, bem como a respectiva participação da Controlada CELG GT:

Usina	Potência Instalada	Garantia Física MW Médios	Propriedade	Potência Instalada MW Proporc.	Garantia Física MW Médios Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	16	10		16	10		
UHE São Domingos*	12	7,2	100%	12	7,2	01/01/1991	*
UHE Rochedo	4	3	100%	4	3	18/04/1956	04/01/46
Sociedade de Propósito Específico	111,1	59,8		17,5	9,38		
UHE Corumbá III	96,5	50,9	15%	14,2	7,6	24/10/2009	06/11/36
PIE Fazenda Velha	16,5	8,9	20%	3,3	1,78	11/05/2016	
Total	127,1	69,8		33,5	19,38		

A Controlada CELG GT também participa de 27 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica, das quais seis possuem potência instalada acima de 50MW, e 21 empreendimentos com Potência Instalada projetada abaixo de 50MW. A preços de dezembro de 2016, estes investimentos totais estimados seriam da ordem de R\$643 milhões.

2.1.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2016, o lucro líquido da Controlada Celg GT foi de R\$ 242,48 milhões, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 16,23 milhões apresentado em 2015. A receita operacional líquida atingiu R\$ 441,60 milhões, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 50,53 milhões. A variação relevante ocorrida entre os exercícios se refere principalmente ao reconhecimento, em 2016, dos componentes da receita bruta vinculados à Receita Financeira da Concessão, que atingiu R\$ 44,57 milhões, e da Receita decorrente da indenização proveniente do Laudo de Avaliação dos Ativos de Transmissão da RBSE/RPC, que impactou os ativos financeiros em R\$ 329,25 milhões.

Os custos operacionais totalizaram em 2016 o montante de R\$ 63,04 milhões, 61,61% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que representaram 29,49%, 7,33% e 9,49%, respectivamente, do total dos custos operacionais.

As despesas operacionais totalizaram em 2016 o montante de R\$ 29,62 milhões, 46,84% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Provisão para Contingências, que representaram 62,38%, 12,26% e 14,87%, respectivamente, do total das despesas operacionais.

O EBITDA de 2016 (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), da Controlada CELG GT totalizou R\$ 341,96 milhões positivos, muito superior ao montante apontado no exercício de 2015, fechado em R\$ 5,77 milhões negativos, refletindo, principalmente, os efeitos advindos do reconhecimento da receita financeira da

concessão de transmissão e o ajuste do ativo financeiro de transmissão decorrente do valor apontado de indenização apontado no Laudo de Avaliação dos Ativos de Transmissão da RBSE/RPC, que provocaram grande variação na Receita Bruta, impactando este indicador.

Não obstante o incremento pontual neste exercício, e na hipótese do não incorrimento destas receitas extraordinárias, o EBITDA de 2016 da Controlada CELG GT se manteria em patamares positivos, revertendo a situação histórica de EBITDA negativos desde o exercício de 2013, ou seja, observou-se que a manutenção operacional da Controlada se fundamentou na recuperação gradativa de suas receitas, aporte de sua acionista CELGPAR e na reconfiguração do seu resultado financeiro, a partir do decréscimo acentuado nos seus encargos de dívidas, principalmente as de caráter mais oneroso.

O Patrimônio Líquido da Controlada Celg GT teve um aumento de 78,08% em 31 de dezembro de 2016, encerrando o exercício em R\$ 678,02 milhões. A estrutura de capital encerrou o exercício com 75,86% de capital próprio e 24,14% de capital de terceiros, sendo que a maior participação de capital de terceiros se refere ao montante de dividendos a pagar distribuídos à Controladora CELGPAR, e aos tributos diferidos.

2.1.4 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

A Controlada CELG GT finalizou o exercício de 2016 mantendo o ritmo de sua reestruturação, tanto em termos de infraestrutura, quanto em termos de recursos humanos. Como parte deste processo foi realizado o Concurso Público em 2014, tendo sido convocados 57 profissionais em 2015 e 26 profissionais em 2016.

Evidencia-se, por sua vez, que a Controlada CELG GT estruturou o seu Centro de Operação da Transmissão - COT, responsável pela Operação, Controle e Supervisão centralizados das subestações da Rede Básica e usinas de propriedade da Concessionária. Este Centro de Operação entrou em operação comercial no dia 25 de agosto de 2016, proporcionando maior eficiência na operação das subestações e usinas, permitindo uma maior observabilidade e controlabilidade do sistema.

Somados a estes fatores, com relação à estratégia de atuação, a Controlada CELG GT consolidou o seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2017-2021, tendo como principais objetivos: i) alavancar projetos rentáveis, ii) ampliar o sistema de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e assegurar a pontualidade na Entrega das Obras, iii) estruturar a Governança Corporativa com base na Prestação Responsável de Contas, iv) manter o crescimento das Receitas, a geração de caixa operacional para garantir o equilíbrio econômico-financeiro, e v) garantir retorno aos acionistas através da distribuição de dividendos.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Até 30/06/2009 a CELGPAR manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2016, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.422.416 mil:

- a) R\$16.585 mil em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- b) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D.

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
30/04/2015	235
TOTAL	1.422.416

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2015	31/12/2016	Variação em Módulo 31/12/2015 - 31/12/2016
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	1.946	2.490	27,95%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(2.026)	(2.659)	31,24%
EBITDA (R\$ mil)	(2.024)	(2.657)	31,27%
Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(618.164)	1.444.026	333,60%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2015 REAPRESENTADO	31/12/2016	Variação em Módulo 31/12/2015 - 31/12/2016
Liquidez Seca	0,00365	3,9829092	109019,82%
Liquidez Corrente	0,00365	3,9829092	109019,82%
Ativo Total - (R\$ mil)	620.251	1.973.259	218,14%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.964.734	3.873.885	-2,29%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(3.344.483)	(1.900.626)	-43,17%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2016 um elevado incremento nos indicadores de liquidez, devido a alteração na estrutura de capital da CELGPAR, decorrente do decréscimo no seu Passivo Circulante, em função do desrecorecimento do valor de R\$466.100 mil, referente à Provisão para Desvalorização da Participação Societária na CELG D, fundamentada na baixa do respectivo investimento por conta do leilão de alienação da participação acionária de 49% das ações da CELGPAR no seu capital social. Por sua vez, esta alteração também teve em contrapartida o elevado aumento no Ativo Circulante da CELGPAR, objeto do reconhecimento do montante a receber da empresa vencedora do leilão, por ocasião da respectiva liquidação financeira, que totalizou o valor de R\$1.104.303 mil ao final do exercício social de 2016.

Com relação às demais mutações patrimoniais e de resultado ocorridas em 2016, observa-se que elas se fundamentaram principalmente nos seguintes aspectos: a) incremento no valor patrimonial do investimento na Controlada CELG GT, decorrente de capitalização de créditos no valor de R\$112.818 mil, efetuado pela CELGPAR, e de apuração de lucro líquido do exercício de R\$242.484 mil; e b) resultado da equivalência patrimonial positivo de R\$107.479 mil, apurado em relação à CELG D até a data base de 30 de novembro de 2016 (data do leilão de desestatização).

3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita operacional bruta consolidada da CELGPAR, no ano de 2016, foi de R\$ 466.754 mil, sendo que 94,61% ou o equivalente a R\$ 441.605 mil correspondem ao total da Receita Líquida, e os demais 5,39% equivalem às deduções da receita. O aumento da receita operacional bruta consolidada, em relação ao ano de 2015, foi da ordem de 578,40%, em função dos seguintes fatores: a) incremento da Receita Anual Permitida – RAP da Controlada CELG GT; b) reconhecimento da receita financeira da concessão de transmissão; e c) reconhecimento da receita de indenização decorrente do Laudo de Avaliação dos Ativos de Transmissão da RBSE/RPC, que provocaram um impacto acentuado e pontual no exercício social de 2016.

O total dos custos e despesas operacionais do consolidado, no ano de 2016, foi de R\$ 96.280 mil. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e outros, no total de R\$ 50.235 mil.

3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

O Patrimônio Líquido Negativo consolidado da CELGPAR em 31 de dezembro de 2016 foi de (R\$ 1.900.626 mil), apontando ainda para uma situação de passivo a descoberto. No entanto, houve um acentuado decréscimo nesta situação, comparativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, fundamentado na retenção do lucro líquido do exercício de 2016, no montante de R\$ 1.444.026 mil, que serviram de base para a absorção contra os prejuízos acumulados da CELGPAR (artigo 189 da Lei nº 6.404/1976).

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2016, de um lucro líquido após IR e CSLL de R\$ 1.444.026 mil em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 618.164 mil do exercício de 2015, fundamentado principalmente nos seguintes fatores: a) ganho de capital líquido dos custos de transação, referente à alienação da participação acionária da CELGPAR na CELG D, no total de R\$ 1.104.359 mil; b) reversão da provisão para desvalorização do investimento permanente na CELG D, no total de R\$ 358.620 mil; c) resultado da equivalência patrimonial positivo na Controlada CELG GT, no total de R\$ 242.484 mil; d) resultado da equivalência patrimonial positivo na CELG D, no total de R\$ 107.479 mil, até a data base de 30 de novembro de 2016; e) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes, no total de R\$ 292.949 mil; e f) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no total de R\$ 118.869 mil.

3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2015	31/12/2016	Varição em Módulo 31/12/2015 - 31/12/2016
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	50.529	441.605	773,96%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	40.706	50.235	23,41%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(11.077)	345.325	3217,50%
EBITDA (R\$ mil)	(7.790)	347.429	4559,94%
Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(618.164)	1.444.026	333,60%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	-21,92%	78,20%	456,71%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	-15,42%	78,67%	-610,31%
Margem Líquida - LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	-1223,38%	326,99%	126,73%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2015 REAPRESENTADO	31/12/2016	Varição em Módulo 31/12/2015 - 31/12/2016
Liquidez Seca	0,42447	4,11220	868,79%
Liquidez Corrente	0,42887	4,12108	860,93%
Ativo Total - (R\$ mil)	646.026	2.123.880	228,76%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.990.509	4.024.506	0,85%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(3.344.483)	(1.900.626)	-43,17%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros consolidados, ocorreu no exercício social de 2016 um elevado incremento nos indicadores de liquidez, devido a alteração na estrutura de capital da CELGPARG, decorrente do decréscimo no seu Passivo Circulante, em função do desrecorrecimento do valor de R\$466.100 mil, referente à Provisão para Desvalorização da Participação Societária na CELG D, fundamentada na baixa do respectivo investimento por conta do leilão de alienação da participação acionária de 49% das ações da CELGPARG no seu capital social. Por sua vez, esta alteração também teve em contrapartida o elevado aumento no Ativo Circulante da CELGPARG, objeto do reconhecimento do montante a receber da empresa vencedora do leilão, por ocasião da respectiva liquidação financeira, que totalizou o valor de R\$1.104.303 mil ao final do exercício social de 2016. Esta operação, juntamente com as receitas pontuais e incrementais do ativo financeiro da transmissão (Receita Financeira da Concessão e de indenização dos Ativos de Transmissão da RBSE/RPC), provocaram, de forma direta, o efeito no resultado consolidado da CELGPARG, especificamente nos indicadores EBIT e EBITDA, haja vista os relevantes acréscimos incorporados a estes indicadores.

4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGPARG estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPARG, o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPARG é de R\$ 973.764.337,53 (novecentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), representado por 32.774.246 (trinta e dois milhões, setecentas e setenta e quatro mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPARG, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posição Acionária, em 31.12.2016":

RESUMO DA POSIÇÃO ACIONÁRIA, EM 31.12.2016

ACIONISTA	AÇÃO ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	32.696.436	99,7626
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0701
OUTROS	54.843	0,1673
SOMA	32.774.246	100,0000

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestação de serviços de ações escriturais.

Em 2016, foram negociadas na Bovespa, um total de 86 negociações de ações ordinárias da CELGPARG, perfazendo uma movimentação aproximada de R\$171.900 (cento e setenta e um mil e novecentos reais).

6 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPARG informa que a empresa de auditoria externa Berkan Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPARG é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Goiânia, 27 de março de 2017.

A Administração.



**Companhia Celg de Participações -
CELGPAR**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS –
Acompanhadas de Notas
Explicativas
Exercício findo em
31 de dezembro de 2016**

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	246	1.690	40.810	72.943
Consumidores	4	-	-	7.549	7.267
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(235)	(193)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	117.558	61.771
Devedores diversos	5	1.107.327	-	1.115.567	62.641
Transações com Partes Relacionadas	30	59.741	-	-	-
Outros créditos	6	1	18	1	18
Estoques	7	-	-	2.768	2.212
Despesas antecipadas	-	-	-	588	172
Total do ativo circulante		<u>1.167.315</u>	<u>1.708</u>	<u>1.284.606</u>	<u>206.831</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	5	122.702	-	124.463	-
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	551.935	191.034
Transações com Partes Relacionadas	30	5.218	229.898	-	117.080
Outros Créditos	6 e 18	-	-	15.871	15.231
Total do realizável a longo prazo		<u>127.920</u>	<u>229.898</u>	<u>692.269</u>	<u>323.345</u>
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	10	678.020	388.639	135.225	105.596
INTANGÍVEL	11	4	6	11.348	9.213
		-	-	432	1.041
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>805.944</u>	<u>618.543</u>	<u>839.274</u>	<u>439.195</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.973.259</u>	<u>620.251</u>	<u>2.123.880</u>	<u>646.026</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Bráulio Afonso Morais
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	27	22	6.209	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	-	6	1.254	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	15	292.962	43	295.310	2.322
Obrigações Estimadas	16	78	47	2.829	2.277
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	3.481	3.341
Encargos Setoriais	17	-	-	2.170	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	-	466.100	-	466.100
Outros Credores	19	14	1.723	463	2.345
Total do Passivo Circulante		293.081	467.941	311.716	482.275
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	13	-	2.073.892	4.858	2.081.924
Encargos Setoriais	17	-	-	2.316	1.887
Provisões para Contingências	18.a	20	-	5.697	1.481
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	583	485	653	485
Outros Credores	19	-	-	118.975	41
Transações com Partes Relacionadas	30	2.157.785	-	2.157.875	-
Total do Passivo não Circulante		3.580.804	3.496.793	3.712.790	3.508.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	20	(2.862.669)	(4.306.695)	(2.862.669)	(4.306.695)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.721)	(11.552)	(11.721)	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido		(1.900.626)	(3.344.483)	(1.900.626)	(3.344.483)
TOTAL DO PASSIVO		1.973.259	620.251	2.123.880	646.026

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Bráulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	441.605	50.529
CUSTO OPERACIONAL	22	-	-	(64.000)	(39.407)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	377.605	11.122
DESPESAS OPERACIONAIS	22	(2.659)	(2.026)	(32.280)	(22.199)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(2.659)	(2.026)	345.325	(11.077)
OUTRAS RECEITAS	21.3.2	1.464.699	1.720	1.464.699	1.864
OUTRAS DESPESAS	22	-	(499.716)	(8.124)	(499.716)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		1.462.040	(500.022)	1.801.900	(508.929)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(75.216)	(134.376)	(64.840)	(107.867)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		349.963	16.234	118.784	45
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.736.787	(618.164)	1.855.844	(616.751)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	27	(292.761)	-	(411.818)	(1.413)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(292.761)	-	(292.949)	(4.346)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	(118.869)	2.933
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
RESULTADO POR AÇÃO	28				
Resultado por ação ordinária - básico					
Resultado por ação ordinária - diluído		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)
		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico					
Resultado por ação ordinária - diluído		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)
		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
Resultados Abrangentes				
Outros Resultados Abrangentes	-	(1.636)	-	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	(99)	(485)	(99)	(485)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	(70)	-	(70)	-
Resultado Abrangente do Exercício	1.443.857	(620.285)	1.443.857	(620.285)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(618.164)	-	(618.164)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(1.636)	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(485)	(485)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.1, 9 e 20	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro Líquido do Exercício	-	1.444.026	-	1.444.026
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(99)	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Morais
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - CONSOLIDADA

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(618.164)	-	(618.164)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(1.636)	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(485)	(485)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.1, 9 e 20	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro Líquido do Exercício	-	1.444.026	-	1.444.026
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(99)	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	69.627	54.019
Outros Recebimentos	-	8	-	8
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(574)	(537)	(10.516)	(14.465)
- Salários e Encargos	(1.905)	(1.374)	(31.007)	(30.655)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(1)	(30)	(2.288)	(1.901)
- Tributos	(12)	(13)	(30.744)	(22.594)
Resultado Financeiro	25	112	7.587	25.093
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(2.467)	(1.834)	2.659	9.505
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo Financeiro e Intangível	-	-	(80.744)	(41.910)
- Devolução de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	7.900	-	-	-
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-	(7.900)	-	-
- Integralização de Capital em Controlada	-	(48.600)	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	538	461
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	-	59.454	-	59.454
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	-	25.122
- Outros	-	-	(302)	(13.339)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	7.900	2.954	(80.508)	29.788
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Mútuo com Controlada	(6.877)	-	-	-
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Estado de Goiás	-	470	-	470
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(3.394)	(3.305)
- Empréstimos Concedidos	-	-	-	(48.600)
- Recebimento de Empréstimos Concedidos	-	-	49.110	-
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	(6.877)	470	45.716	(51.435)
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.444)	1.590	(32.133)	(12.142)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	1.690	100	72.943	85.085
Saldo final de Caixa e Equivalentes	246	1.690	40.810	72.943
	(1.444)	1.590	(32.133)	(12.142)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwíges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				
Receita Operacional		-	-	59.883	56.289
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	-	32.056	12.514
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa		-	-	(42)	(22)
Outros Resultados		1.720	(497.996)	375.862	(497.996)
		<u>1.720</u>	<u>(497.996)</u>	<u>467.759</u>	<u>(429.215)</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		398	403	41.174	20.826
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos		-	-	5.986	3.660
Outros Custos Operacionais		165	125	15.874	1.539
		<u>563</u>	<u>528</u>	<u>63.034</u>	<u>26.025</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	<u>1.157</u>	<u>(498.524)</u>	<u>404.725</u>	<u>(455.240)</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Provisões Operacionais		20	-	20	-
Depreciação, amortização e exaustão		2	2	2.104	3.288
		<u>22</u>	<u>2</u>	<u>2.124</u>	<u>3.288</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	<u>1.135</u>	<u>(498.526)</u>	<u>402.601</u>	<u>(458.528)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		8.679	7.657	21.619	36.775
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	-	206	175
Ganhos em Alienação de Participações Societárias		1.462.979	-	1.462.979	-
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		349.963	16.234	118.784	45
		<u>1.821.621</u>	<u>23.891</u>	<u>1.603.588</u>	<u>36.995</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	<u>1.822.756</u>	<u>(474.635)</u>	<u>2.006.189</u>	<u>(421.533)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	<u>1.927</u>	<u>1.411</u>	<u>33.157</u>	<u>26.154</u>
GOVERNO	9	<u>292.908</u>	<u>85</u>	<u>443.202</u>	<u>26.670</u>
FINANCIADORES	10	<u>83.895</u>	<u>142.033</u>	<u>85.804</u>	<u>143.807</u>
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	<u>1.444.026</u>	<u>(618.164)</u>	<u>1.444.026</u>	<u>(618.164)</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	<u>1.822.756</u>	<u>(474.635)</u>	<u>2.006.189</u>	<u>(421.533)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Morais
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP detinha participações societárias nas seguintes sociedades, na data-base de 31 de dezembro de 2016:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA ALIENADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D – VER ITEM 1.2 NA NE 1	49 %

1.2 – Histórico da alienação da totalidade da participação societária da CELGP na CELG Distribuição S/A – CELG D

As ações de emissão da Celg Distribuição S.A. - Celg D (“Celg D”), em uma primeira negociação com vistas à sua federalização, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela Celgpar à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014.

Assim sendo, verificava-se que do total das ações de emissão da Celg D, representadas por 150.711.576 (Cento e cinquenta milhões, setecentas e onze mil, e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, parcela equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) foi objeto de alienação pela Celgpar à Eletrobras em processo de troca de controle acionário objetivando a sua federalização.

A alienação destas ações da Celg D ocorreu no prazo do exercício do Direito de Preferência, período entre 23 de setembro e 30 de outubro de 2014, e, também, no prazo de aquisição de sobras de ações: primeiro rateio, entre 6 e 12 de novembro de 2014; e segundo rateio de sobras, entre 18 e 24 de novembro de 2014.

Desta forma, e após esta primeira alienação, a Celgpar permaneceu com uma participação de 49% (quarenta e nove por cento) do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 (setenta e três milhões, oitocentas e quarenta e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações ordinárias. Nos termos da NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da Celgpar na

Celg D, após este processo de alienação, configurava-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada. A liquidação financeira de toda esta operação de troca de controle acionário com a Eletrobras ocorreu no dia 27 de janeiro de 2015.

Após o processo de federalização da Celg D, esta foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme definido pela sua acionista controladora Eletrobras. Desta forma, o processo de desestatização desta avançou pelos anos de 2015 e 2016, culminando, em um primeiro momento, com a publicação no Diário Oficial da União do dia 24 de junho de 2016, do Edital de Venda da totalidade das ações de propriedade da Eletrobras e Celgpar, conforme pacto de venda conjunta estipulado entre as acionistas, definindo a data de 19 de agosto de 2016 para o leilão das mesmas.

Não obstante o leilão não ter ocorrido nesta data, em função da inexistência de proponentes compradores, o processo de desestatização da Celg D permaneceu em andamento, culminando com a definição de nova data para o leilão, que ocorreu no dia 30 de novembro de 2016, conforme publicação de novo Edital de Venda da totalidade das ações, ocorrida no Diário Oficial da União do dia 28 de outubro de 2016, tendo como vencedora do certame a empresa Enel Brasil S.A.

Desta forma, na data-base de 31 de dezembro de 2016, a participação societária da Celgpar na Celg D foi desreconhecida, ajustada e reclassificada conforme preço efetivamente pago pela empresa vencedora do leilão, passando a figurar como o respectivo crédito da Celgpar a receber da Enel Brasil S.A. (Ver Nota Explicativa 5 – Devedores Diversos), proporcionalmente ao percentual de participação nas ações, tendo sido concretizada a liquidação financeira do leilão em 14 de fevereiro de 2017, mediante a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Celg D entre a Celgpar, a Eletrobras, e a empresa Enel Brasil S.A., tendo como intervenientes o Estado de Goiás e a própria Celg D.

1.3 – Contexto operacional da controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos ¹	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambaí ²	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito ³	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo ⁴	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

¹ Apesar da concessão estar vencida, a Controlada CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Controlada CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O Ministério de Minas e Energia – MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão desta concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação (Ver Nota 31.c).

² A CGH Mambaí foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambaí II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambaí II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambaí I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

³ A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

⁴ A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a Controlada CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016 para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 32-a – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambaí; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo Financeiro no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

2 – Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

- I. As Demonstrações Financeiras da Controladora e de sua Controlada são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.
- III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e sua Controlada são as seguintes:
 - a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa controlada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2016, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e sua Controlada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.b e 4.c.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.

g. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, já com a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 8.

h. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43

(Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

i. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar e controlada, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

j. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 – R3 (Ativo Intangível), ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por *impairment*, quando aplicável.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício.

l. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da

Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

m. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2016 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

n. Benefícios a Empregados

A Companhia e sua Controlada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

o. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 (Contratos de Construção) e NBC TG 30 (Receitas), mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

p. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e sua controlada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

q. PIS e COFINS

Na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de setembro de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício.

s. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e

serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.1 Reapresentação da Posição Consolidada em 31.12.2015

Em função de ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, promovido pela Controlada Celg GT, no valor de R\$ 3.074 mil, vinculado especificamente ao reflexo de equivalência patrimonial de investidas desta Controlada, apresentamos abaixo a influência deste ajuste no saldo patrimonial encerrado em 31.12.2015, tanto na posição individual, quanto na posição consolidada da Celgpar:

Além disto, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um novo documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para efeito de comparabilidade das Demonstrações Financeiras de 31.12.2016, no que concerne às posições patrimoniais, com a posição encerrada em 31.12.2015, a Controlada Celg GT efetuou reclassificações vinculadas à adequação ao plano de contas do setor elétrico. Estas reclassificações, por sua vez, influenciaram nas demonstrações financeiras de 31.12.2015, anteriormente apresentadas pela Celgpar:

	NE	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
		31/12/2015	AJUSTES	31/12/2015	REAPRESENTADO
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	1.690	-	1.690	
Outros créditos	6	18	-	18	
Total do ativo circulante		1.708	-	1.708	
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Transações com Partes Relacionadas	30	229.898	-	229.898	
Total do realizável a longo prazo		229.898	-	229.898	
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	10	6	-	6	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		615.469	3.074	618.543	
TOTAL DO ATIVO		617.177	3.074	620.251	
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	22	-	22	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	6	-	6	
Tributos e Contribuições Sociais	15	43	-	43	
Obrigações Estimadas	16	47	-	47	
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	466.100	-	466.100	
Outros Credores	19	1.723	-	1.723	
Total do Passivo Circulante		467.941	-	467.941	
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	-	1.422.416	
Empréstimos e Financiamentos	13	2.073.892	-	2.073.892	
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	-	485	
Total do Passivo não Circulante		3.496.793	-	3.496.793	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	-	973.764	
Prejuízos acumulados	20	(4.309.769)	3.074	(4.306.695)	
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	-	(11.552)	
Total do Patrimônio Líquido		(3.347.557)	3.074	(3.344.483)	
TOTAL DO PASSIVO		617.177	3.074	620.251	

NE	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	AJUSTES	31/12/2015	REAPRESENTADO
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	72.943	-	72.943
Consumidores	4	7.267	-	7.267
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(193)	-	(193)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	61.771	-	61.771
Devedores diversos	5	61.186	1.455	62.641
Outros créditos	6	18	-	18
Estoques	7	2.212	-	2.212
Despesas antecipadas	-	172	-	172
Total do ativo circulante		205.376	1.455	206.831
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	169.405	21.629	191.034
Transações com Partes Relacionadas	29	117.080	-	117.080
Outros Créditos	6 e 18	15.451	(220)	15.231
Total do realizável a longo prazo		301.936	21.409	323.345
INVESTIMENTOS				
IMOBILIZADO	9	103.939	1.657	105.596
INTANGÍVEL	10	30.744	(21.531)	9.213
	11	1.032	9	1.041
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		437.651	1.544	439.195
TOTAL DO ATIVO		643.027	2.999	646.026
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	14	1.717	-	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.087	-	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	15	2.177	145	2.322
Obrigações Estimadas	16	2.277	-	2.277
Empréstimos e Financiamentos	13	3.341	-	3.341
Encargos Setoriais	17	4.973	(1.887)	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	466.100	-	466.100
Outros Credores	19	2.345	-	2.345
Total do Passivo Circulante		484.017	(1.742)	482.275
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	-	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	13	2.081.924	-	2.081.924
Provisões para Contingências	18.a	1.481	-	1.481
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	-	485
Encargos Setoriais	17	-	1.887	1.887
Outros Credores	19	261	(220)	41
Total do Passivo não Circulante		3.506.567	1.667	3.508.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital realizado	20	973.764	-	973.764
Prejuízos acumulados	20	(4.309.769)	3.074	(4.306.695)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	-	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido		(3.347.557)	3.074	(3.344.483)
TOTAL DO PASSIVO		643.027	2.999	646.026

3 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Caixa e depósitos bancários a vista	-	2	130	104
Aplicações financeiras de curto prazo	246	1.688	40.680	72.839
TOTAL	246	1.690	40.810	72.943

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações: a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pós CDI; b) Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial; c) Banco Itaú S.A., em fundos de investimento; d) Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e e) Banco Bradesco S.A., em CDB.

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

4 – Consumidores

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	866	400
- Encargos de uso da rede elétrica	6.493	6.418
- Energia Elétrica de Curto Prazo	156	449
Total	7.515	7.267
Outras Rendas		
- Outras Rendas	34	-
Total	34	-
TOTAL CIRCULANTE	7.549	7.267

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	31/12/2016					SALDO
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	
				31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Concessionárias						
Suprimento	789	26	51	866	-	866
Encargos Uso Rede Elétrica	6.053	121	319	6.493	-	6.493
Energia Elétrica de Curto Prazo	156	-	-	156	-	156
Outras Rendas	34	-	-	34	-	34
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(235)	(235)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314
TOTAL DO CIRCULANTE	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	VINCENDOS	31/12/2015 - REAPRESENTADO			PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2015	SALDO 31/12/2015
		VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2015		
Concessionárias						
Suprimento	390	-	10	400	-	400
Encargos Uso Rede Elétrica	6.073	79	266	6.418	-	6.418
Energia Elétrica de Curto Prazo	449	-	-	449	-	449
Outras Rendas	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(193)	(193)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.912	79	276	7.267	(193)	7.074
TOTAL DO CIRCULANTE	6.912	79	276	7.267	(193)	7.074

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2015	193
Provisão no exercício	42
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5 – Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO				REAPRESENTADO		
CRÉDITOS FISCAIS								
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	-	-	868	-	4.123	-
CSLL - Antecipação do Tributo Anual	-	-	-	-	-	-	246	-
CSLL Retida na Fonte	-	-	-	-	-	-	113	-
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	-	-	4.106	-	488	-
Outras Antecipações	-	-	-	-	1.364	-	967	-
Outros Tributos Federais	-	-	-	-	-	-	241	-
Outros Tributos Municipais	-	-	-	-	-	-	7	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	6.338	-	6.185	-
DEMAIS DEVEDORES DIVERSOS								
Empregados	-	-	-	-	1	-	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (a)	-	-	-	-	-	-	5.986	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celg GT (b)	-	-	-	-	-	-	49.110	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (c)	3.024	122.702	-	-	3.024	122.702	-	-
Enel Brasil S.A. (d)	1.104.303	-	-	-	1.104.303	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1.901	1.761	1.360	-
SUBTOTAL	1.107.327	122.702	-	-	1.109.229	124.463	56.456	-
TOTAL GERAL	1.107.327	122.702	-	-	1.115.567	124.463	62.641	-

- (a) Valor de Indenização dos Ativos de Transmissão que entraram em operação após 31 de maio de 2000, nos termos da Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 8;
- (b) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Controlada Celg GT e a então Coligada Celg D, objetivando a concessão de empréstimo para quitação de encargos setoriais da concessionária;
- (c) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D, no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;
- (d) Valor a receber da Enel Brasil S.A., objeto da alienação de 49% das ações da Celg D, referente ao leilão destas ocorrido em 30 de novembro de 2016.

6 – Outros créditos

DESCRIÇÃO	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
			REAPRESENTADO				REAPRESENTADO	
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	15.539	-	-	12.996
Depósitos Judiciais e Cauções	1	18	1	-	332	18	964	-
Outros Créditos	-	-	-	-	-	-	-	1.271
TOTAL	1	18	1	-	15.871	18	15.231	-

7 – Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO
Estoques	2.768	2.212
TOTAL	2.768	2.212

8 – Ativo financeiro – Bens da concessão de geração e transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos:

CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/12/2016			31/12/2015 - REAPRESENTADO		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	108.632	495.848	604.480	61.771	167.901	229.672
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	3.352	15.454	18.806	-	14.953	14.953
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	596	5.083	5.679	-	1.504	1.504
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	4.978	18.229	23.207	-	6.676	6.676
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	-	17.321	17.321	-	-	-
		117.558	551.935	669.493	61.771	191.034	252.805

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO							31/12/2016	
		31/12/2015 REAPRESENTADO	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Recebimentos (RAP/RAG) ou Indenização	Laudo RBSE/RPC	Transferências		Outras Adições e Baixas
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	229.672	37.890	28.788	50.056	(59.676)	329.248	(18.179)	6.681	604.480
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	14.953	3.376	148	2.116	(2.116)	-	453	(124)	18.806
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	1.504	249	1.318	-	-	-	2.608	-	5.679
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	6.676	1.761	122	2.009	(3.344)	-	768	15.215	23.207
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	-	1.291	1.680	-	-	-	14.350	-	17.321
		252.805	44.567	32.056	54.181	(65.136)	329.248	-	21.772	669.493

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (“MP 579”) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE (“RBSE”) prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$

254.376 mil. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104 mil, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498 mil, na data base de 30.09.2016, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC (“RPC”), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;
- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;
- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

Em 31 de dezembro de 2016, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão, conforme quadro abaixo:

Transmissão	31/12/2016
Saldo histórico dos ativos RBSE/RPC	138.498
Diferença entre o VNR e o saldo histórico	88.606
Valor homologado pela ANEEL	227.104
Atualização - IPCA e remuneração	240.642
Valor total do ativo financeiro atualizado	467.746
Efeitos no Resultado	31/12/2016
Receita operacional	329.248
Provisão de imposto de renda e contribuição social	- 111.944
Efeito líquido	217.304

9 - Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	678.018	380.737	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	-	7.900	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	2	46	31
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	63.588	60.050
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.537	2.840
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	29.201	17.351
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	18.780	16.516
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	19.271	8.808
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	(198)	-
TOTAL	678.020	388.639	135.225	105.596

- (a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	<u>100,0%</u>

- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

A Energética Fazenda Velha registrou em seu Balancete Patrimonial de 31 de janeiro de 2016, ajustes do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, determinados pelos seus Auditores Independentes, no valor

negativo de R\$ 162 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICCOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. alterou seu Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, após a Controlada Celg GT ter registrado a Equivalência Patrimonial, fundamentada em informações oficiais encaminhadas por esta investida, quando da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras da Controlada Celg GT. Desta forma, foi reconhecido ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, no valor positivo de R\$ 1.819 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
TOTAL		100,0%

Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
TOTAL		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE

Firminópolis Transmissão S.A., sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social.

9.1 Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGPAR NA	
	CONTROLADA	
	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO
Capital Social da Controlada	378.325	378.325
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada - Apresentado Anteriormente	377.663	377.663
Ajuste de Exercício Anterior no Patrimônio Líquido da Controlada (a)	3.074	3.074
Patrimônio Líquido da Controlada - Após Ajuste de Exercício Anterior	380.737	380.737
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	380.737	312.829
Aumento de Capital na Controlada	112.819	48.600
Outros Resultados Abrangentes	(70)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	242.484	16.234
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	(57.952)	-
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	678.018	380.737

(a) A Controlada Celg GT efetuou ajuste do exercício anterior de 2015 em sua posição patrimonial, sendo o efeito positivo no seu patrimônio líquido de R\$ 3.074 mil.

9.1.a Provisão para Desvalorização de Participação Societária:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Provisão para Desvalorização da Participação na Celg D (a)	-	466.100	-	466.100
TOTAL	-	466.100	-	466.100

(a) Participação societária alienada conforme Edital PND de Leilão nº 01/2016/CELG D, ocorrido em 30.11.2016.

10 – Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2016				31/12/2015
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO REAPRESENTADO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	17	10,00%	(13)	4	6
TOTAL	17		(13)	4	6

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2016				31/12/2015
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO REAPRESENTADO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(1.859)	1.325	1.206
Terrenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	713	3,69%	(549)	164	3
Máquinas e Equipamentos	4.451	4,59% e 6,54%	(2.099)	2.352	23
Veículos	632	6,43%	(238)	394	-
Móveis e Utensílios	113	10% e 6,43%	(65)	48	26
Subtotal	9.094		(4.810)	4.284	1.259
Em curso:					
Geração	3.334	0,00%	-	3.334	2.770
Administração Central	3.730	0,00%	-	3.730	5.184
Subtotal	7.064	0,00%	-	7.064	7.954
TOTAL	16.158	-	(4.810)	11.348	9.213

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO						
	Depreciação		Saldos em 31/12/2015 REAPRESENTADO	Adições	Baixas	Transferências	Unitizações	Depreciação	Saldos em 31/12/2016	
	Saldos em 31/12/2015 REAPRESENTADO	Saldos em 31/12/2016								Recuperação de Custos
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	1.233	129	-	57	-	(69)	1.350	
Imobilizado em Serviço - Administração Central	6	(2)	4	26	692	(136)	(57)	3.650	(1.241)	2.934
Total em Serviço	6	(2)	4	1.259	821	(136)	-	3.650	(1.310)	4.284
Imobilizado em Curso - Geração	-	-	2.770	564	-	-	-	-	-	3.334
Imobilizado em Curso - Administração Central	-	-	5.184	2.696	(500)	-	(3.650)	-	-	3.730
Total em Curso	-	-	7.954	3.260	(500)	-	(3.650)	-	-	7.064
Total do Imobilizado	6	(2)	4	9.213	4.081	(636)	-	-	(1.310)	11.348

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.

- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 - R3 (Ativo Imobilizado), apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: R\$14.547 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

11 – Ativo intangível

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2016 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO
Ativo Intangível	432	1.041
TOTAL	432	1.041

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015 REAPRESENTADO	CONSOLIDADO			Saldos em 31/12/2016
		Adições	Baixas	Amortização	
Intangível	1.041	509	(1.072)	(46)	432
Total do Intangível	1.041	509	(1.072)	(46)	432

12 – Adiantamentos para futuro aumento de capital

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Estado de Goiás	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
TOTAL	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2016 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305 mil.

13 – Empréstimos e financiamentos

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015			
	ENCARGOS	PRINCIPAL	ENCARGOS	PRINCIPAL	ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL	ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL		
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO									
Eletrobras (b)	-	-	-	-	-	2.329	1.553	-	2.329	3.882
Caixa Econômica Federal - CAIXA (c)	-	-	173.892	-	1.900.000	-	-	173.892	-	1.900.000
Eletra (a)	-	-	-	-	-	1.152	3.305	-	1.012	4.150
Total em Moeda Nacional	-	-	173.892	-	1.900.000	-	3.481	4.858	173.892	1.908.032

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE

Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;

c. Refere-se ao Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e a Celgpar nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014 nas seguintes condições: Prazo total do contrato de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, sendo a carência de 36 (trinta e seis) meses e o prazo de amortização de 120 (cento e vinte) meses. Sobre o principal da dívida, no período de carência até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 6,8% a.a. (seis inteiros e oito décimos por cento ao ano). Os recursos deste financiamento, conforme cláusula terceira do contrato, foram utilizados no Aumento de Capital da Celg D, no firmamento de contrato de mútuo com a Celg D (Ver NE 30) e em outras aplicações na Celg D que geraram o firmamento de instrumento de cessão de créditos desta para a Celgpar (Ver NE 30). A Assunção da Dívida deste Contrato de Financiamento foi efetuada pelo Governo do Estado de Goiás na qualidade de Assuntor, acionista Controlador da Celgpar, com a anuência da Caixa, na qualidade de credora da dívida, e da União na qualidade de garantidora do pagamento da dívida. A referida assunção foi firmada em 29 de julho de 2016 e os contratos de garantia e contragarantia foram firmados em 2 de agosto de 2016. Os reflexos desta operação foram devidamente reconhecidos pela Celgpar no 3º trimestre de 2016 - Ver Nota Explicativa 30 (Transações com Partes Relacionadas);

d. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:

- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Aplicações Financeiras;
- Garantias prestadas pela União no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014 – liberadas no 3º trimestre de 2016;
- Contra garantias prestadas pelo Governo do Estado de Goiás no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014, nos seguintes moldes: a) quotas dos quais é titular, referente aos artigos 157 e 159 da Constituição de República; e b) receitas próprias a que se refere o artigo 155 da Constituição da República – liberadas no 3º trimestre de 2016.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2016					CONSOLIDADO - 31/12/2015 - REAPRESENTADO				
INDEXADOR	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	-	3.882	-	3.882	SEM INDEXADOR	2.073.892	6.211	-	2.080.103
INPC	-	-	4.457	4.457	INPC	-	-	5.162	5.162
Total	-	3.882	4.457	8.339	Total	2.073.892	6.211	5.162	2.085.265

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2016

Ano	Eletra	Eletrobras/ Outras	
		Instituições	Total
2017	1.152	2.329	3.481
2018	1.221	1.553	2.774
2019	1.294	-	1.294
2020	790	-	790
Total	4.457	3.882	8.339

14 – Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	51	36
- Imobilizações em Curso	-	-	5.286	1.119
TOTAL	-	-	5.337	1.155
- Materiais e Serviços	27	22	872	562
TOTAL	27	22	6.209	1.717

15 – Tributos e contribuições sociais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	-	-	-	42
INSS A PAGAR	44	31	582	489
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	708	592
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	88	68
PIS - CORRENTE	-	-	83	90
PIS - RETIDO NA FONTE	1	1	4	4
COFINS - CORRENTE	-	-	392	431
COFINS - RETIDO NA FONTE	1	1	14	17
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	292.761	-	292.761	107
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	23	7	34	21
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	-	5	38
FONTE	-	-	-	8
IOF	123	-	123	-
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	72	49
FGTS A PAGAR	9	3	250	208
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	194	158
TOTAL	292.962	43	295.310	2.322

16 – Obrigações estimativas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015	2016	2015
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Folha de Pagamento	78	47	2.829	2.277
TOTAL CIRCULANTE	78	47	2.829	2.277

a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

17 – Encargos setoriais

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO			
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	16	-	11	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	130	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	58	-	50	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.844	-	2.883	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	43	2.316	12	1.887
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	209	-	-	-
TOTAL	2.170	2.316	3.086	1.887

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

18 – Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego

18.a – Provisões para contingências:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA							
	31/12/2016				31/12/2015 - REAPRESENTADO			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão		No Exercício		Provisão	
	Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
NAO CIRCULANTE								
Trabalhistas								
Diversos	-	B.1	20	20	1	-	-	18
Total Trabalhistas	-		20	20	1	-	-	18
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		20	20	1	-	-	18

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO									
	31/12/2016					31/12/2015 - REAPRESENTADO				
	VALOR DA PROVISÃO					VALOR DA PROVISÃO				
	No Exercício		REF.	Provisão	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
Baixa		Baixa					Provisão			
NAO CIRCULANTE										
Trabalhistas / Regulatórias										
Diversos	-	B.1	4.216	5.697	333	(304)	-	1.481	982	
Total Trabalhistas	-		4.216	5.697	333	(304)	-	1.481	982	
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		4.216	5.697	333	(304)	-	1.481	982	

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 5.677 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

18.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 31 – Plano de aposentadoria):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO				REAPRESENTADO			
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	-	583	-	485	-	653	-	485
TOTAL	-	583	-	485	-	653	-	485

19 – Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE REAPRESENTADO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE REAPRESENTADO	NÃO CIRCULANTE
Caixa Econômica Federal (a)		1.720	-	-	1.720	-
Folha de Pagamento - Incluindo PDV		-	245	-	532	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	7	4	168	-	151	-
Empréstimos Consignados	3	3	429	-	370	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	668	-	567	-
Concessionárias e permissionários de energia elétrica	-	-	-	-	6	-
Tributos Diferidos (b)	-	-	-	118.975	-	41
Outros	4	2	207	-	86	-
TOTAL	14	1.729	1.717	118.975	3.432	41

a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e a Celg D.

b- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	534	162
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	9.267	-
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	82.312	-
Diferenças temporárias ativas	(4.730)	(162)
	87.383	-
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	193	58
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	3.336	-
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	29.632	-
Diferenças temporárias ativas	(1.675)	(58)
	31.486	-
PIS diferido¹		
Diferenças temporárias passivas	15	7
	15	7
COFINS diferida¹		
Diferenças temporárias passivas	91	34
	91	34
	118.975	41

¹ Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

20 – Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2016	NO EXERCÍCIO	31/12/2015 REAPRESENTADO
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(4.309.769)	-	(4.309.769)
Ajuste do Exercício Anterior	3.074	-	3.074
(+/-) Resultado Acumulado no Exercício	1.444.026	1.444.026	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.888.905)	1.444.026	(3.332.931)
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	(169)	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido	(1.900.626)	1.443.857	(3.344.483)

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.
- (d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.068 mil; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 583 mil (Ver Nota 31); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 70 mil.
- (e) A Controlada Celg GT efetuou ajuste do exercício anterior de 2015 em sua posição patrimonial, sendo o efeito positivo no seu patrimônio líquido de R\$ 3.074 mil.

21 – Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento (21.1)	3.736	9.790
Receita de Construção (21.2) (21.3)	32.056	12.514
Outras Receitas (21.3)	429.962	46.498
(-) Deduções da Receita (21.4)	(24.149)	(18.273)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	441.605	50.529

21.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento	3.736	9.790
TOTAL GERAL	3.736	9.790

21.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 32.056 mil e R\$ 12.514 mil respectivamente.

21.3 Outras Receitas:

21.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de Operação e Manutenção (a)	56.147	46.498
Serviços de Construção	32.056	12.514
Financeira da Concessão	44.567	-
Receita Laudo RBSE/RPC (b)	329.248	-
TOTAL	462.018	59.012

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Ver Nota Explicativa nº 8, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

21.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - 49% DAS AÇÕES DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	1.104.359	-	1.104.359	-
REVERSÃO PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	358.620	-	358.620	-
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGPAR - CAIXA	1.720	1.720	1.720	1.720
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-	144
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.464.699	1.720	1.464.699	1.864

21.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
PIS	1.168	929
COFINS	5.384	4.277
Quota para reserva global de reversão	423	916
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	162	132
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	329	302
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	391	304
Conta de desenvolvimento energético	13.570	9.460
Outros encargos - PROINFA	2.722	1.953
TOTAL	24.149	18.273

22 – Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e Administradores	1.927	1.411	1.927	1.411
Serviços de Terceiros	398	403	398	403
Depreciação/Amortização	2	2	2	2
Provisão/Reversão para Contingências	20	-	20	-
Tributos	147	85	147	85
Recuperação de Custos/Despesas	-	(7)	-	(7)
Outras	165	132	165	132
TOTAL	2.659	2.026	2.659	2.026

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	957	398	-	-	957	398
Pessoal e Administradores	18.594	14.920	20.406	16.455	39.000	31.375
Material	109	233	785	322	894	555
Serviços de Terceiros	4.624	3.710	4.030	3.516	8.654	7.226
Depreciação/Amortização	817	3.274	1.287	13	2.104	3.287
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	42	21	-	-	42	21
Provisão/Reversão para Contingências	-	280	4.425	(206)	4.425	74
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	5.986	3.660	-	-	5.986	3.660
Tributos	470	43	338	988	808	1.031
Recuperação de Custos/Despesas	(252)	(70)	(81)	(15)	(333)	(85)
Custos de Construção	32.056	12.514	-	-	32.056	12.514
Outras	597	424	1.090	1.126	1.687	1.550
TOTAL	64.000	39.407	32.280	22.199	96.280	61.606

As outras despesas operacionais, especificadas na Demonstração do Resultado, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

DESCRIÇÃO - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	-	499.713	-	499.713
BAIXA DE ATIVO IMOBILIZADO	-	3	-	3
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	8.124	-
TOTAL - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	499.716	8.124	499.716

23 – Seguros

A Companhia e sua Controlada, em 31 de dezembro de 2016, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controlada optou por avançar com estas definições ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição deverá avançar para o exercício de 2017, em função de que os resultados da avaliação foram homologados pela Aneel, e reconhecidos pela Controlada no 3º trimestre de 2016.

24 – Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

25 – Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2016, foram R\$38 mil e R\$4 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$38 mil e R\$4 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	432	240	1.368	2.040
Salário ou pró-labore	432	240	1.368	2.040
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	432	240	1.368	2.040

n/a = não aplicável

(1) Todos os membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	38
Valor da menor remuneração individual	4	4	38
Valor médio da remuneração individual	4	4	38

n/a = não aplicável

(1) Todos os membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

26 – Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	582	10.353
Atualização do Contas a Receber-Fornecimento	-	-	-	-
Atualização do Contas a Receber-Estado de Goiás	-	-	-	-
Rendas	8.678	7.656	20.027	25.159
Outras	1	1	358	428
Total das Receitas	8.679	7.657	20.967	35.940
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(622)	(789)
Encargos de Dívidas	(83.894)	(142.032)	(85.142)	(142.724)
Outras - inclui IOF	(1)	(1)	(43)	(294)
Total das Despesas	(83.895)	(142.033)	(85.807)	(143.807)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(75.216)	(134.376)	(64.840)	(107.867)

27 – Imposto de renda e contribuição social

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	77.497	-	77.551	1.155
Imposto de renda corrente	215.264	-	215.398	3.191
	292.761	-	292.949	4.346
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	31.486	(776)
Imposto de renda diferido	-	-	87.383	(2.157)
	-	-	118.869	(2.933)
	292.761	-	411.818	1.413

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos destes efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado líquido antes dos impostos	1.736.787	(618.164)	1.855.844	(616.751)
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	590.508	-	713.432	6.000
Diferenças permanentes	(43.570)	-	(44.287)	(1.705)
Diferenças temporárias	-	-	(121.904)	1.792
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	(254.177)	-	(254.268)	(1.717)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social correntes	292.761	-	292.949	4.346
Diferenças temporárias	-	-	121.904	(1.792)
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	(3.035)	(1.141)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	118.869	(2.933)
Tributos sobre o lucro	292.761	-	411.818	1.413
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	16,9%	0,0%	19,6%	8,0%

28 – Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	1.444.026	(618.164)
Total	1.444.026	(618.164)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	44,060	(18,861)

29 – Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas mantidas e operadas pela Controlada no âmbito dos seus contratos de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de

operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

30 – Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, a Celg Distribuição S.A. - Celg D (anterior parte relacionada), e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante				REAPRESENTADO
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (4)	1.789	-	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (5)	57.952	-	-	-
TOTAL:	59.741	-	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A. - Celg D (1)	-	117.080	-	117.080
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2) (4)	5.218	112.818	-	-
TOTAL DO ATIVO:	5.218	229.898	-	117.080
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (3)	2.157.785	-	2.157.785	-
TOTAL DO PASSIVO:	2.157.785	-	2.157.785	-

(1) Valor referente ao Contrato de Mútuo firmado entre a Celgpar e Celg D, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa, sendo o saldo de 2016 apresentado na rubrica de Devedores Diversos (NE 5), em função da alienação das ações de propriedade da Celgpar na Celg D;

(2) Valor referente ao Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a Celgpar, a Celg D e a Celg GT, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa. Este valor foi capitalizado na Celg GT no 2º trimestre de 2016;

(3) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;

(4) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;

(5) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2016.

31 – Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva

acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFICIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA
	31/12/2016
Participantes Ativos	3
Idade Média (anos)	51
Salário Médio (R\$)	5.754
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	58
Benefício Médio (R\$)	5.899
Aposentados Inválidos	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-
Pensionistas (número de beneficiários)	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 64 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2015, a qual foi oriunda, fundamentalmente, da concessão de benefício programado, na modalidade de Benefício Definido, uma vez que no período de acumulação, a formação de reserva desse benefício decorre da acumulação de saldos de conta (Fundo Individual e Patrocinadora). Desta forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no valor de R\$ 583 mil, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

32 – Outras informações

a. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e,

sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

b. Conciliação entre o Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO E O CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)
NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
MAIS	83.916	641.750	257.188	663.645
Depreciação	2	2	2.058	3.287
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	499.713	-	499.713
Custo da Construção	-	-	32.056	12.514
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	42	21
Provisão para Contingências	20	-	4.425	-
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	83.894	142.032	84.380	143.507
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	3	8.951	3.792
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	5.986	-
Diferimento de Tributos	-	-	118.952	-
Provisão/Reversão de energia elétrica de curto prazo-CCEE	-	-	292	811
MENOS	(1.821.620)	(23.890)	(1.998.797)	(49.083)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(349.963)	(16.234)	(118.784)	(45)
Receita da Construção	-	-	(32.056)	(12.514)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(8.678)	(7.656)	(10.492)	(33.499)
Reversão da Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	(358.620)	-	(358.620)	-
Ganhos em Participações Societárias	-	-	-	(16)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(44.567)	-
Diferimento de Tributos	-	-	(27)	(3.009)
Ganhos em Alienação de Participações Societárias	(1.104.359)	-	(1.104.359)	-
Receita Operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	(329.248)	-
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	(644)	-
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	291.211	(1.530)	300.242	13.107
Contas a receber	-	-	10.380	(2.608)
Créditos fiscais	-	-	(298)	(2.698)
Outros devedores	17	59.454	(43)	58.670
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	-	(56.500)	-	(56.500)
Estoques	-	-	118	704
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(297)	2
Fornecedores	5	21	284	421
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(6)	6	662	274
Tributos e contribuições sociais	292.919	18	292.919	4.086
Obrigações estimadas	31	47	31	47
Encargos Setoriais	-	-	(487)	3.049
Benefício Pós-Emprego	-	-	13	-
Outros credores	(1.709)	(1.735)	(2.001)	(9.032)
Receitas financeiras recebidas	-	-	-	12.635
Despesas financeiras pagas	-	-	-	(839)
Tributos sobre o lucro	-	-	(993)	(5.564)
Outras variações ativas e passivas	(46)	(2.841)	(46)	(2.841)
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-	13.185
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.467)	(1.834)	2.659	9.505

c. Autorização de Apresentação das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2016, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 23 de março de 2017, e foram apreciadas no âmbito dos Conselhos de Administração e Fiscal em 27 de março de 2017.

d. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12);
- ii. Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

e. Registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da Companhia Celg de Participações - Celgpar

Em 3 de julho de 2015, a Celgpar, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu o registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Celgpar – OPA, que visa a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% (dois mil, duzentos e setenta décimos de milésimos por cento) do capital social da Celgpar, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da Celgpar. Por meio de Comunicado ao Mercado, a Celgpar informou que o edital de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações encontrava-se à disposição de todos os acionistas, tendo o leilão ocorrido no dia 30 de agosto de 2016. O resultado do leilão, conforme Fato Relevante divulgado em 6 de setembro de 2016, determinou o insucesso da OPA, permanecendo a Celgpar registrada na pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta categoria “A”, e mantida a listagem das ações de sua emissão no seguimento tradicional da BM&FBovespa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Relatório dos auditores independentes sobre a demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia CELG de Participações – CELGP
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Companhia CELG de Participações - CELGP ("CELGP" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia CELG de Participações - CELGP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ajuste de exercício anterior

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas nº. 09 e nº. 22, a Companhia registrou ajustes de exercício anterior relativos a créditos fiscais no montante de R\$ 1.455 mil, equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.657 mil, imobilizado no montante de R\$ 98 mil, intangível no montante de R\$ 9 mil, e, tributos a pagar no montante de R\$ 145 mil, totalizando R\$ 3.074 mil (livre de impostos), que gerou a reapresentação dos valores de 31 de dezembro de 2015. A Companhia também optou por reclassificar pequenos valores imateriais no saldo comparativo de

31 de dezembro de 2015 para fins de melhor comparabilidade entre os saldos demonstrados. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia, está com um passivo a descoberto no montante de R\$(1.900.926) mil, dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$1.422.416 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 478.210 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Alienação de ações – Leilão CELG Distribuição S.A. (Nota explicativa 5)

Conforme Nota Explicativa nº5, a Companhia na data base de 31 de dezembro de 2016 possui em sua conta de Devedores Diversos, o montante de R\$ 1.107.327 mil e R\$ 1.116.838 mil, controladora e consolidado. Deste montante, o impacto no valor de R\$ 1.104.303 mil, refere-se ao leilão nº 02/2016/CELG-D – Programa Nacional de Desestatização, ocorrido na data de 30 de novembro de 2016, pertinente a companhia coligada CELG distribuição S.A., onde detinha participação societária no percentual de 49%. A empresa vencedora denominada Enel Brasil S.A. arrematou o leilão no montante de R\$ 2.187.000 mil, deste valor apurado os custos de desestatização e conclusão do processo leilão, houve o reconhecimento na Companhia CELG PAR. A concretização da liquidação financeira do leilão ocorreu em 14 de fevereiro de 2017, mediante a assinatura do contrato de compra e venda das ações da CELG D entre a CELG PAR, a Eletrobrás, e a empresa Enel Brasil S.A., tendo como intervenientes o Estado de Goiás e a própria CELG D.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os eventuais impactos por julgamentos e entendimentos dos registros do processo de venda da CELG Distribuição S/A, na Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise do controle interno da Companhia relacionado ao processo da venda de sua coligada. Adicionalmente, com base em testes detalhados na documentação do referido processo de leilão, avaliação dos impactos tributários na Companhia, e os reflexos das obrigações, análise dos registros contábeis para o reconhecimento da venda na Companhia, de acordo com os pronunciamentos contábeis. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas, bem como na preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis.

b) Ativo Financeiro na controlada (Nota explicativa 7)

Conforme Nota Explicativa nº 7, o principal ativo da Companhia é seu ativo financeiro no montante de R\$ 669.493 mil, segregado em curto e longo prazo, de acordo com a vigência do contrato de concessão. E estão segregados esses saldos com o contrato de concessão nº 063/2001, referente a subestações e linhas de transmissão, contrato de concessão nº 03/2015, linha de transmissão Itumbiara - Paranaíba, contrato de concessão nº 02/2016, Usina de Rochedo, contrato de concessão nº 04/2016, Subestação Luziânia e Portaria MME nº 352/2013, Usina de São Domingos. A administração registra os contratos de concessão de geração/transmissão de energia dentro dos critérios de aplicação da interpretação técnica 01 – ICPC 01 (R1), reconhecendo o ativo financeiro à medida do seu direito contratual de recebimento, garantindo o seu direito incondicional de recebimento de caixa se a concedente garantir em contrato o pagamento de valores acordados.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os eventuais impactos por julgamentos e entendimentos dos registros do ativo financeiro da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Especificamente para o ativo financeiro, nossos procedimentos de auditoria incluíram, os seguintes testes: revisão dos cálculos da indenização, discussão com os principais envolvidos no processo administrativo da Companhia, leitura de todos os Despachos, Portarias e Contratos de Concessão relacionados ao tema. Testes nos controles auxiliares da Companhia na composição do ativo financeiro, da receita de operação e construção, receitas financeiras. Adicionalmente efetuamos testes de adições, baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível, que geram impacto na movimentação dos fluxos de caixa dos ativos financeiros da Companhia, solicitando documentos comprobatórios dos registros contábeis.

Também informamos que focamos na adequação das notas explicativas e divulgações efetuadas pela Companhia.

c) Investimentos na controlada (Nota explicativa 9)

Conforme na Nota Explicativa nº 9, na demonstração financeira da controlada CELG GT possui registrado saldos de coligadas e controladas em conjunto "joint venture" no montante de R\$135.233 mil, esses saldos sofreram um aumento devido aportes e AFAC e equivalência patrimonial das investidas. A Companhia detém 20% (vinte por cento) da Energética Fazenda Velha S/A, com a concessão de 35 anos, a participação na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A são de 10% (dez por cento), a Energética Corumbá III S/A a participação é de 37,50% (trinta e sete vírgula cinco por cento), na Pantanal Transmissão S/A a Companhia participa de 49% (quarenta e nove por cento), Lago Azul Transmissão S/A a participação acionário de 50,1% (cinquenta vírgula um por cento) e Firminópolis Transmissão S/A a participação de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos entre as coligadas e joint ventures, sendo que a Administração da Companhia necessita de um rigoroso controle desses investimentos para que seus saldos quando consolidados tenham

segurança na determinação dos valores apresentados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos controles internos da Companhia sobre as informações de suas investidas para base do cálculo da equivalência patrimonial, a revisão dos cálculos e composições de participação individual em cada investida, validação dos controles analíticos elaborados pela Administração da Companhia, testes na efetivação do saldo de equivalência patrimonial, movimentação do mapa de investimento e leitura de todos as demonstrações financeiras destas investidas. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

d) Provisão para litígios na controlada (Nota explicativa 19)

Conforme na Nota Explicativa nº 19, na demonstração financeira da controladora CELG GT, a Companhia está de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e registra provisão com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos,

considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis, sendo que os processos com expectativa de perda possível ou remota são apenas divulgados em nota explicativa.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos,

principalmente em relação aos processos com prognóstico de perda possível, ao grau de julgamento que precisou ser exercido pela Administração da Companhia, para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil. A avaliação dos processos quanto ao seu valor e probabilidade de desembolso financeiro inclui ainda grau de julgamento por parte da Administração e de seus assessores jurídicos internos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização dos advogados

internos na data-base de 31 de dezembro de 2016, avaliação do desenho, a implementação e a efetividade

operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das

Provisões e Passivos Contingentes. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos da Companhia, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas

envolvendo a Companhia também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis pelos pronunciamentos contábeis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvido.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 23 da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, não possui apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial individual e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria datados de 28 de março de 2016, respectivamente, praticamente com a mesma ênfase similar descrita acima.

Outras informações que acompanham a demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 27 de março de 2017.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Celg de Participações -CELGPAR, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os respectivos documentos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 27 de março de 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - CELGPAR no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas.

Goiânia, **27 de março de 2017.**

Enio Pascoal
Presidente

José Taveira Rocha
Membro

Moacyr Augusto da Silva
Salomão
Membro

Luiz Eduardo dos Santos Monteiro
Membro

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com o Parecer, sem ressalvas, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido em 27 de março de 2017, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Goiânia, 27 de março de 2017.

Braulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente
CPF nº. 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPARG, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Goiânia, 27 de março de 2017.

Braulio Afonso Morais
Diretor-Presidente
CPF nº. 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91